

Estado da publicação: O preprint foi publicado em outro meio.

DOI do preprint publicado: <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2026.v7.n3.id999>

EFEITO-RUMOR EM TEMPOS DE IA: “AGORA É A VEZ DO POVO”?

Juliana da Silveira

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.14328>

Submetido em: 2025-11-27

Postado em: 2026-03-02 (versão 2)

(AAAA-MM-DD)

Justificativa da versão: Esta versão atualiza o preprint para adequação às exigências técnicas da revista *Cadernos de Linguística*, incluindo ajustes formais, inserção de quadros e descrições ALT, atualização das declarações (Declaração atualizada de uso de dados, CRediT, Uso de IA, Conflito de Interesses) e inclusão de DOI para o pacote de dados depositado no Zenodo.

Tipo de Trabalho: Ensaio Teórico

EFEITO-RUMOR EM TEMPOS DE IA: “AGORA É A VEZ DO POVO”?

Juliana da Silveira

Doutora em Letras; Universidade do Sul de Santa Catarina; Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem; Palhoça-SC; julianasilve@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-3811-4703>

A representação do político se transformou, assim, profundamente nos últimos anos. Não se trata aqui de se conder ou de se encantar com essa mutação, mas de compreender o que está em jogo. E tirar algumas conclusões quanto à existência de uma análise do discurso, como tentativa de se esforçar a apreender as formas textuais da representação do político (Courtine, 2006, p.32).

Resumo

Propõe-se, neste artigo, revisitar a noção de efeito-rumor a fim de discutir o funcionamento do discurso político e do discurso ordinário em sua imbricação material digital. Toma-se como objeto de análise produções audiovisuais que utilizam inteligências artificiais (IAs) para simular e satirizar o corpo do povo e de representantes políticos. Parte-se da hipótese de que a possibilidade técnica de simulação da voz e do corpo do povo, intensifica e complexifica o efeito-rumor, ao deslocar os regimes de evidência e de credibilidade que sustentam a circulação discursiva. Recorta-se como material de análise a campanha “Taxação BBB”, do Partido dos Trabalhadores, e as peças satíricas do perfil “Brasil Sátira do Poder”, que mobilizaram vídeos produzidos com IA no contexto de uma mesma disputa política. A partir da análise, propõe-se uma resignificação da noção de efeito-rumor, compreendendo-o como um funcionamento discursivo atravessado pela materialidade técnica do digital, na qual a simulação imagética participa da constituição dos efeitos de verdade. Nessas produções, o corpo do povo metaforiza o político, enquanto o corpo político metaforiza o povo, permitindo um deslocamento dos lugares enunciativos de um e de outro.

Palavras-chave: Efeito-rumor. Discurso político. Inteligência Artificial generativa. Materialidade técnica. Corpo político.

RUMOR EFFECTS IN THE AGE OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE: A TURN FOR THE PEOPLE?

Abstract

This article revisits the notion of the rumor effect in order to examine the functioning of political and ordinary discourse within their digitally mediated material imbrication. It analyzes audiovisual productions that employ generative Artificial Intelligence (AI) to simulate and satirize the bodies and voices of “the people” and political representatives. The study is grounded in the hypothesis that the technical capacity to simulate the people’s voice and body intensifies and complexifies the rumor effect by displacing the regimes of evidence and credibility that underpin discursive circulation. The empirical corpus comprises the “Taxação BBB” campaign developed by the Workers’ Party and the satirical pieces disseminated by the profile “Brasil Sátira do Poder,” both of which mobilized AI-generated videos within the context of the same political dispute. Through qualitative discourse analysis, the study proposes a reconceptualization of the rumor effect, understanding it as a discursive operation traversed by the technical materiality of the digital environment, in which image-based simulation actively participates in the constitution of truth effects. The findings indicate that, in these productions, the body of the people metaphorizes the political, while the political body metaphorizes the people, thereby enabling a displacement of their respective enunciative positions. Consequently, the rumor effect emerges not merely as a phenomenon of circulation but as a material-discursive process shaped by the affordances of generative AI.

Keywords: Rumor-effect. Political discourse. Generative Artificial Intelligence. Technical materiality. Political body.

Introdução

No presente artigo, proponho analisar produções audiovisuais realizadas com Inteligência Artificial (IA) generativa, tomando como recorte inicial duas produções que se complementam, a saber: a campanha digital veiculada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com o slogan “Taxação BBB: Bilionários, Bancos e Bets. Novo IR é justiça histórica, justiça de verdade”; e duas peças audiovisuais produzidas pelo perfil “Brasil Sátira do Poder”.

Considerando que as produções audiovisuais feitas com IA tiveram uma rápida e crescente popularização e, em 2025, marcaram um ponto de não retorno para as políticas da imagem e para as imagens da política, o que me interessa particularmente nessas produções é o fato de elas apontarem para uma mutação definitiva das “formas textuais e imagéticas da representação do político” (Courtine, 2006, p. 32).

Em *Metamorfoses do Discurso Político: derivas da fala pública*, Courtine (2006) identifica os acontecimentos que impulsionaram as primeiras mutações do discurso político - notadamente do Partido Comunista - após maio de 1968, bem como as “sensibilidades languageiras aparecidas naquele momento”. Segundo o autor, se, na política, a reação do Partido Comunista a essa transformação foi de enclausuramento e incompreensão, na teoria tratava-se igualmente de uma mudança que exigia adaptações nos próprios procedimentos teórico-analíticos da Análise de Discurso.

Caracterizado pela instabilidade e pela fluidez das palavras políticas, por sua circulação acelerada, e, às vezes até mesmo, por sua intercambialidade, o discurso comunista se fechou sobre suas bases sociais, culturais e geográficas tradicionais. Ele não soube ver a importância determinante que iam adquirir os meios áudio-visuais de informação na comunicação política, nem soube compreender em que medida esses meios modificariam as regras do jogo [...] Durante esse tempo, a classe operária estava sentada, toda noite, diante da televisão “capitalista” e “reacionária” (Courtine, 2006, p. 107).

Quanto aos desafios teóricos, o autor chamava a atenção para o fato de que os procedimentos eram estritamente realizados em corpora textuais e, tomando como base os procedimentos e montagens que ele mesmo realizou em sua pesquisa, afirmava que suas análises “sobre a memória comunista” haviam se dedicado a apreender a constituição de uma memória do texto, o que, para ele, já não era mais suficiente.

É preciso ainda compreender o contexto histórico que dá sentido à desafeição do discurso, bem como à perda da memória comunista. A fala pública é também um **conjunto de rituais não verbais** que **enquadram** o discurso; que **agenciam** os gestos, **regulam** os comportamentos, **prevêem** as circunstâncias, **organizam** uma *mise en scène*: elementos essenciais da representação política, indissociáveis da tomada da fala, que devem ser considerados se pretendemos compreender verdadeiramente os **efeitos** de um discurso. Parece-me, nesse sentido, essencial deslocar a atenção de uma lógica da produção, que até aqui prevaleceu, para uma análise da recepção dos discursos políticos [...] É a essa adaptação teórica face à evolução do mundo atual que a análise do discurso não pode mais se furtar por muito tempo (Courtine, 2006, p.110, grifos meu).

Problema muito semelhante enfrentamos hoje em nossa prática política e teórica. A materialidade técnica do digital também engendra uma transformação profunda no discurso político contemporâneo. Temos visto que com a entrada das IAs generativas nas produções audiovisuais, os partidos políticos enfrentam, cada um à sua maneira, a uma alteração significativa nas “regras do jogo” da comunicação política. Diante desse cenário, também a análise de discurso enfrenta uma mutação radical, desafiada a ressignificar seus próprios procedimentos teórico-analíticos.

No Brasil, a corrente materialista da análise de discurso, à qual me filio, já havia atentado para os aspectos teóricos dessa questão, partindo das teses de Michel Pêcheux, que, em seus trabalhos, apontava para a necessidade de pensar as materialidades discursivas, incluindo as formas textuais não verbais e o ordinário dos sentidos, bem como das contribuições de Orlandi (2003), Lagazzi (2009), Neckel (2013) e tantos outros pesquisadores brasileiros dedicados a pensar as materialidades discursivas para além do verbal.

É na continuidade desses trabalhos que esta discussão se inscreve e a partir deles a reflexão aqui apresentada encontra outros autores brasileiros que articulam essas reflexões teóricas à materialidade do digital: Gallo (2008, 2015), Dias (2011), Adorno (2015) e Pequeno (2020). Nesse contexto, pensar a materialidade digital requer pensar também sua materialidade técnica (Pequeno, 2020) e o modo como ela determina os espaços enunciativos informatizados (Gallo e Silveira, 2017), a partir da divisão de diferentes materialidades significantes (Lagazzi, 2009), seja por sua normatização técnica, seja por seus processos de midiatização (Gallo e Silveira, 2017).

Dessa forma, a partir desse dispositivo, e considerando o alerta de Courtine (2006), não apenas damos consequência teórica a uma análise que considera essas produções em sua forma material (Orlandi, 2003), como também reiteramos a tese de Pequeno (2020, p. 279), que defende que

[...] O analista de discurso precisa inverter, a todo passo que dá, a fórmula que insiste em colocar o contingente como determinado pelo necessário, e o material como imanência da ideia. Se, logo no começo, propusemos que a materialidade da escrita não é a mesma que a materialidade da língua, então precisamos levar esse reconhecimento até seu fim. Fazer isso é admitir que a discursividade do enunciado é determinada por mais do que a materialidade da história e da língua. Também

faz parte do jogo, a materialidade de suas formas concretas de circulação. O apagamento regular do papel dessa materialidade técnica constitui, na nossa leitura, algo que não pode ser descrito como menos do que uma forma de esquecimento discreta e definível para a Análise de Discurso. Um esquecimento da espessura técnica de um enunciado.

Nesse sentido, este texto dialoga e dá continuidade a trabalhos anteriores nos quais explorei as noções de rumor e efeito-rumor para analisar discursos políticos e ordinários e sua circulação nas redes sociais digitais, visando compreender como a entrada em cena das produções realizadas com Inteligência Artificial aponta para uma nova forma de produção do efeito-rumor. De modo geral, até aqui, defendi que o efeito-rumor deveria ser pensado a partir dos estudos do rumor, mas dissociado de uma visão meramente informacional, afastando-me

da discussão do rumor como algo falso e menor, para entendê-lo como um fato de linguagem que [no digital] perturba a relação da política com a mídia, porque ele quebra o ritual midiático da espetacularização política como informação verdadeira. [no digital] o rumor desestabiliza a noção de informação ligada à ideia de sua oficialidade e de fonte legitimada. (Silveira, 2015, p.132).

Tomando o digital como sendo de uma ordem rumoral, foi possível compreender que os dizeres não oficiais ganhavam cada dia mais credibilidade, ao passo que a credibilidade do discurso político e midiático enfraquecia. De um lado e de outro, “fazer circular uma informação que nasce fora dos órgãos oficiais de informação pode produzir um efeito ainda maior de confiança” (Silveira, 2015, p. 132). Com efeito, na medida em que avançamos na produção de novas tecnologias languageiras, a noção de informação e, mais ainda, a de informação verdadeira faz cada vez menos sentido.

1 Os corpo(s) político(s) e as imagens rumorais: um breve retorno à noção de efeito-rumor

Antes de apresentar a análise do recorte proposto para este artigo, é importante resgatar alguns trabalhos nos quais desenvolvi a noção de efeito-

rumor articulada a uma reflexão sobre o corpo político, gesto necessário para refletir sobre uma resignificação dessa noção, agora atravessada pela materialidade técnica das IAs generativas.

Em Silveira (2017) analisei a circulação de uma foto oficial da Marcha da Solidariedade em Paris, realizada em 2015 após o ataque ao jornal Charlie Hebdo e amplamente divulgada pela mídia tradicional. Essa foto mostrava líderes mundiais à frente de uma multidão. A imagem foi intensamente debatida e criticada na internet francesa após a circulação de outros registros, feitos por moradores da região, que revelavam que a fotografia havia sido produzida com os políticos distantes da marcha, separados da multidão e não integrados a ela, como a versão oficial sugeria. Nesses registros ordinários, os líderes apareciam isolados do povo, sendo acusados de estarem ali apenas para a produção da fotografia.

Esse acontecimento, no entanto, desdobrou-se a partir da recepção dessas imagens e de sua ampla circulação, pois um político em especial se destacava nas versões oficiais: o ex-presidente Nicolas Sarkozy. Ele insistia em desobedecer ao protocolo estabelecido para a fotografia, que determinava a presença apenas de chefes de Estado na primeira fileira. Na circulação das diferentes versões e ângulos dessa fotografia na mídia francesa, a imagem de Sarkozy era aquela que, a cada momento, dava um passo a mais à frente, com o objetivo de aparecer na primeira fileira, até ocupar o lugar do então presidente francês, François Hollande. Essa análise¹ permitiu-me compreender que os sujeitos ordinários também jogavam com a produção do efeito-rumor por meio da circulação de imagens rumorais.

Nesse caso, as imagens rumorais, produzidas graças ao domínio da técnica de edição digital e à lógica de circulação em rede, tornam-se formas de resposta e de argumentação que deslocam os sentidos previamente estabilizados pelo campo midiático. Elas evidenciam tanto a vigilância e a espetacularização do corpo político-midiático quanto a fugacidade dos sentidos que marcam a inscrição desse corpo no discurso ordinário.

¹ Para melhor compreensão desta análise ver imagens disponíveis no artigo (Silveira, 2017). Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/redisco/article/view/2519>. Acesso em: 27 nov. 2025.

A partir dessa análise, foi possível compreender como o efeito-rumor se constituía por um funcionamento discursivo paradoxal. De um lado, produzia-se pela apropriação do corpo do povo pelo campo político, revelando a fabricação do corpo político-midiático. De outro, produzia-se pela apropriação, feita por sujeitos ordinários, do discurso político. Por meio da metáfora, da bricolagem ou da circulação de imagens manipuladas, as imagens rumorais reinscreviam esse corpo político em novas séries significantes, produzindo sentidos imprevistos.

Naquele contexto, já se evidenciava a importância de considerar simultaneamente a potência e a captura do corpo político e do corpo do povo numa discursividade marcada pelo acesso a recursos técnicos antes restritos à classe dominante. Era o momento em que partidos e classes políticas dominantes começavam a entender que as regras do jogo passavam a incluir, necessariamente, processos de derrisão que envolviam rir e zombar do corpo político. Desse modo, a análise que aqui recuperamos demonstrava tanto a dimensão de apropriação política, pelo enquadramento que pretendeu produzir um efeito de copresença (Santos, 2014), unindo o corpo político ao corpo do povo, quanto a dimensão de (re)interpretação e (re)apropriação do discurso político, materializada na sátira do corpo político produzida pelas “artes” dos sujeitos ordinários.

Mais recentemente, na posse presidencial de janeiro de 2023 avancei nessa discussão ao analisar como, naquele caso, nesse jogo entre imagem, rumor e efeito-rumor, o corpo do povo deixava de funcionar como mera representação de apoio para se tornar espaço de produção e disputa política. A quebra do cerimonial, causada pela ausência do ex-presidente Jair Bolsonaro, reconfigurou a cena enunciativa do evento (Silveira, 2023).

Nesta cerimônia, o significante “povo” foi “hackeado”: deixou seu lugar histórico de “público” para se presentificar corporalmente na rampa, por meio da convocação de corpos reais que, digitalmente visíveis, cumpriram o papel de passar a faixa ao presidente eleito. O povo, o(s) representante(s) e a democracia eram, assim, significantes simultaneamente ausentes e presentes, disputados imagetivamente pela produção de uma imagem que reconstituía o corpo do povo, substituindo o corpo do representante político ausente e, assim, ressignificando os sentidos de democracia.

A imagem do presidente eleito subindo a rampa com os “representantes do povo” constituiu-se, assim, como um enunciado dividido: se, por um lado, simbolizava, mais uma vez, a chegada do povo ao poder, por outro, significava um enfraquecimento da democracia representativa. A quebra do ritual exigiu que o representante eleito convocasse a presença física de seus representados para reforçar a legitimidade de sua força representativa, tanto como demanda política quanto como demanda dos processos de midiatização dos espaços enunciativos informatizados.

Tendo em mente todo esse percurso, volto-me agora às produções audiovisuais com as IAs generativas, investigando o modo como esses corpos políticos são discursivizados a partir desse elemento técnico que transforma as próprias condições de produção do discurso político contemporâneo.

2 IAs na propaganda política do PT: “um acontecimento inusitado”

Em 25 de junho de 2025, o Congresso Nacional derrubou três decretos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que aumentavam as alíquotas do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras). A imprensa brasileira destacou amplamente essa derrota, enfatizando que a derrubada desses decretos presidenciais constituía um marco político que não ocorria no país desde 1992, quando o Congresso rejeitou um decreto do então presidente Fernando Collor, que pretendia mudar as regras de pagamento de precatórios (Crise do IOF, 2025).

Na esteira dessa derrota, outras medidas do governo já em andamento visavam construir aquilo que o presidente e seus ministros vinham chamando de “Justiça tributária”, incluindo bandeiras e promessas eleitorais, como a taxaçoão dos super-ricos e a isençoão do IR para quem ganha até cinco mil reais. Nesse contexto, enunciados como “Agora é a vez do povo!” e “Congresso inimigo do povo!” tornaram-se palavras-chave que, pela normatizaçoão técnica dos espaços informatizados, reuniam esses corpos nas telas como protagonistas de uma “luta de classes” digital (izada).

Alguns dias antes da derrubada do decreto do IOF, mas já ciente da resistênça do Congresso à medida, bem como à taxaçoão de grandes fortunas e à isençoão do Imposto de Renda para quem ganha até cinco mil reais, o Partido

dos Trabalhadores, em apoio ao governo, lançou em seus perfis digitais uma campanha intitulada “Taxação BBB”, com o slogan: “Taxação BBB: *Bilionários, Bancos e Bets. Novo IR é justiça histórica, justiça de verdade*”.

Nesse contexto, o meu interesse por essa disputa e pelos materiais aqui recortados deu-se inicialmente pela circulação reiterada de afirmações, advindas de diferentes espectros políticos, que, com pequenas diferenças, apontavam a campanha do Partido dos Trabalhadores feita com IA como um acontecimento político singular, ou mesmo “inusitado”, capaz de “mudar o jogo” para a atuação política da esquerda brasileira nas batalhas travadas no digital.

No centro dos elogios e críticas a essa “nova estratégia” para defender projetos do governo aparecem frequentemente os responsáveis pela campanha, os “estrategistas” do Partido dos Trabalhadores: o deputado Jilmar Tatto (PT-SP), secretário nacional de comunicação; o senador Humberto Costa (PT-PE); e o marqueteiro do partido, Otávio Antunes.

Em matéria publicada pelo Estadão, em 2 de julho de 2025, intitulada “PT convoca influenciadores para dar gás a ‘modo pré-campanha’; especialistas criticam” (Gomes, Caetano e Teles, 2025), é possível observar o tom da próxima campanha eleitoral e o foco no uso de IA para fins políticos. No corpo da matéria, os nomes dos dirigentes da campanha do partido são reiteradamente citados, assim como a menção à reunião que realizaram com “200 influenciadores” para “discutir o futuro dessa estratégia”, que, enfim, havia “furado a bolha da esquerda”. Leitura reforçada por matéria publicada pela CNN Brasil:

Questionado se os vídeos conseguiram furar a bolha da esquerda, Antunes foi cauteloso: “o tempo vai dizer se a estratégia foi eficiente”. Nos bastidores, no entanto, petistas comemoram o alcance da ação e avaliam que, desde as jornadas de 2013, o partido não vencia um embate nas redes sociais como agora (Venceslau, 2025, s/p.)

Outras matérias enfatizam os números e o alcance dos vídeos, indicando o sucesso da campanha, tendo em vista o processo de viralização.

Em meio ao debate sobre a taxaço dos super-ricos, a narrativa de que o “andar de cima” deve pagar mais colou nas redes, com quase 4 milhões de menções a hashtags negativas ao Congresso. O feito, digno do “deputado tiktokker” Nikolas Ferreira (PL-MG), conferiu ao PT uma rara vitória nas redes, onde o bolsonarismo ainda impera (Murakawa, 2025, s.p.).

Embora essas matérias não permitam mostrar toda a rede de formulações sobre o caso, dado o intenso debate que ele suscitou entre especialistas políticos, jornalistas, influenciadores, marketeiros, youtubers, militantes etc., elas dão ao menos a dimensão do problema que se anuncia no campo da política. Ainda que todos discordem sobre sua eficácia política, percebe-se, pelo encaminhamento das discussões, que há um consenso, do ponto de vista do marketing e da viralização, de que o PT teria acertado em sua estratégia de comunicação.

Para compreender o sucesso dessa campanha, no entanto, é preciso considerar outro conjunto de produções, também geradas por IA, que circularam simultaneamente às peças da propaganda político-partidária. Essas produções, por sua vez, satirizavam o deputado Hugo Motta (Republicanos), presidente da Câmara dos Deputados e figura em evidência na mídia devido à derrubada dos decretos presidenciais no caso do IOF.

4 “Agora é a vez do povo!” e “Congresso inimigo do povo!”

Os dois enunciados que intitulam esta seção sintetizam, em alguma medida, a controvérsia política do caso em análise. Enquanto, na fala de políticos, em geral, de esquerda, ouvíamos recorrentemente a menção a um dos enunciados enfatizados por esses vídeos, “Agora é a vez do povo!”, nas produções ordinárias e em nosso cotidiano geral, o enunciado “Congresso inimigo do povo!” se espalhava como fogo no palheiro.

Dentre essas produções, ganharam maior projeção aquelas que foram veiculadas nos dias em que os holofotes de toda a mídia brasileira estavam voltados para a derrota governamental. Nesse contexto, o perfil Brasil Sátira do Poder, por conta de suas produções tematizando os mesmos acontecimentos com enfoque humorístico, popularizou-se rapidamente no TikTok, no Instagram e no YouTube.

No YouTube, por exemplo, o vídeo mais antigo e aparentemente o primeiro publicado pelo canal data de 20 de junho de 2025, ou seja, seis dias antes da derrubada do decreto presidencial. Nele, temos a imagem de um

homem branco, de terno, em um escritório, que se apresenta como “Hugo Nem Se Importa”, em uma citação direta à imagem de Hugo Motta.

Quadro 1: Prints do vídeo Conta de luz cara? Agradeça aos empresários!



ALT: Sequência de três capturas de tela geradas por IA apresentando o personagem satírico Hugo em cenários de ostentação, como o interior de um jatinho e uma viagem ao Japão. As imagens ilustram a representação de um corpo político que ironiza o aumento da conta de energia enquanto desfruta de privilégios.

Fonte: Brasil sátira do poder, 2025.

Para melhor compreensão/descrição da composição desta peça audiovisual, apresentamos no quadro 4 a visualidade padrão do personagem produzido com IA e, a seguir, a transcrição integral do áudio que acompanha as imagens, como segue:

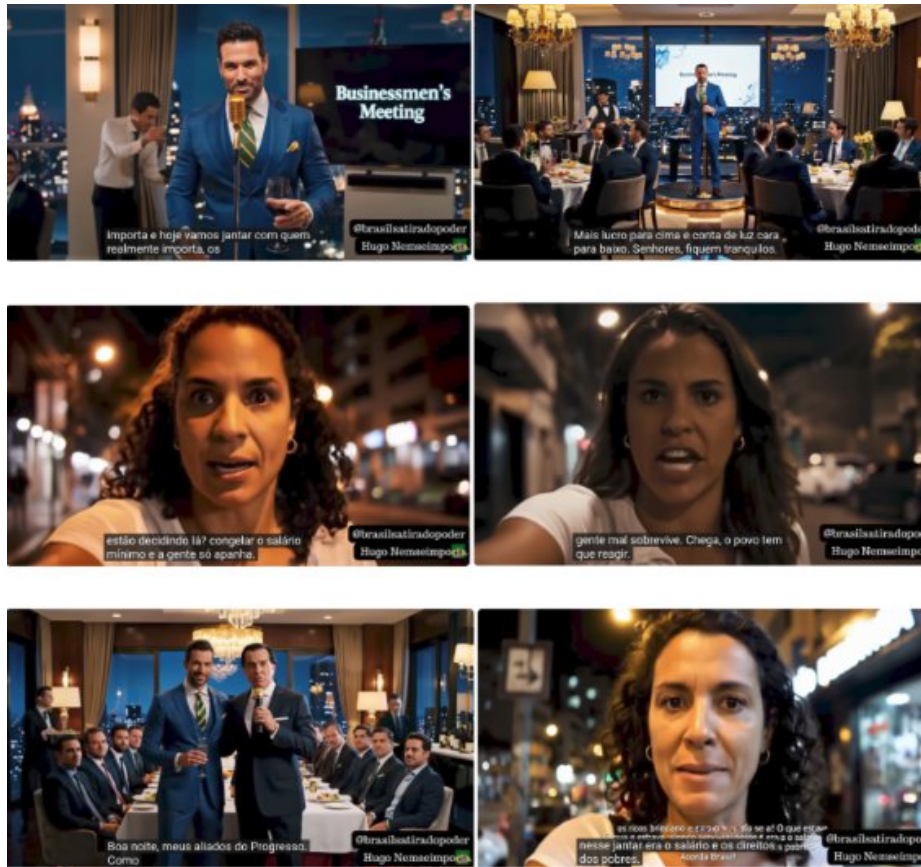
Fala meu povo escravo do trampo, aqui quem fala é o deputado Hugo nem se importa. Agora a conta de luz vai subir, relaxa, é só mais um presentinho pago por vocês. Gente, aqui ajuda os empresários, né? Alguém tem que crescer nesse país. Fala meu povo escravo do trampo, tô aqui no jatinho curtindo o voo pago por vocês, obrigado viu! Fala Brasil, tô no Japão comendo bem e aprovando o aumento da conta de luz aí para vocês, obrigado. Você já paga tudo por mim, custa nada se inscrever no canal também né? Vai, clica aí, faz esse favor pra democracia (Brasil sátira do poder, 2025).

O segundo vídeo veiculado pelo perfil, também satirizando Hugo Motta, foi publicado em 2 de julho e traz novamente o mesmo personagem. Isso indica uma evolução na produção de imagens realizadas com IA, pois, até recentemente, a tecnologia não conseguia repetir com tanta fidelidade um personagem gerado a partir de um prompt anterior, muito menos manter as mesmas características da imagem-fonte ou das imagens construídas em vídeos anteriores.

Essa evolução tecnológica permite que o perfil Brasil Sátira do Poder simule o perfil do próprio “Hugo Nem Se Importa”, angarie seguidores e crie um fio narrativo que acompanha os acontecimentos políticos, reproduzindo cotidianamente o debate “invertido” da cena política brasileira. No caso, trata-se

de uma ficção, ainda que muitos prefiram afirmar que se trata, enfim, de uma realidade mais estranha que a ficção.

Quadro 2: Prints do vídeo “Hugo Nem Se Importa” jantando com empresários



ALT: Composição de seis frames intercalando cenas de um jantar entre o personagem satírico e empresários com as reações de indignação de cidadãos artificiais. O conjunto visual encena o contraste entre o conchavo da elite para garantir isenções e o protesto popular frente às decisões do Congresso.

Fonte: Brasil sátira do poder, 2025a.

Aqui, a peça audiovisual intercala cenas de Hugo Nem Se Importa em uma reunião com empresários, mais uma vez citando indiretamente os fatos da cena política nacional, com cenas de cidadãos, na rua, cientes e indignados com os “conchavos” que se desenrolavam nos bastidores do Congresso. O que chama a atenção nesses vídeos é justamente a reprodução de uma cena cotidiana que, embora ficcional, remete a um embate facilmente reconhecível no imaginário popular: políticos e empresários reunidos e vivendo bem, e povo na rua trabalhando e revoltado. Assim, as formulações textuais, oralizadas pelos personagens, repetem enunciados que se inscrevem na memória do discurso político, considerando aí todas as suas variações. Para uma melhor

compreensão da composição desta segunda peça audiovisual, destacamos a seguir a transcrição integral do áudio deste segundo vídeo, como segue:

Hugo nem se importa: Fala meu povo escravo do trampo, aqui quem fala é o deputado Hugo Nem se importa e hoje vamos jantar com quem realmente importa: os empresários. Campanha não se paga sozinha (risos). Meus amigos empresários, hoje é sobre vocês, esquece o povo. A nova lei é simples: mais lucro para cima e conta de luz cara para baixo. Senhores, fiquem tranquilos: taxar os ricos jamais (risos). Aqui quem tem dinheiro tem proteção, quem paga conta são os de sempre e ainda batem palma (risos). Vocês ajudam a gente na campanha com publicidade e a gente retribui com isenção e projeto aprovado. Aqui é parceria de sucesso (palmas). Fiquem tranquilos, amigos, o Congresso já decidiu: nada de taxar vocês. Agora, congelar o salário-mínimo, aí sim, isso a gente faz com gosto (risos). O governo fica falando em justiça fiscal, taxar bilionário, mas relaxem meus queridos, no Congresso a conta sempre cai no colo do trabalhador (risos). **Personagem feminina 1:** Hugo jantando com empresários, negociando a vida do povo, e sabe o que estão decidindo lá? Congelar o salário mínimo. E a gente só apanha! **Personagem feminina 2:** E eles estão ouvindo empresários que pedem para congelar o salário-mínimo enquanto a gente mal sobrevive. Chega, o povo tem que reagir! **Hugo nem se importa:** Fala meu povo escravo do trampo, aqui é o deputado Hugo nem se importa. O jantar foi um sucesso, aprovaram tudo entre risos e brindes. **Personagem empresário 1:** Boa noite, meus aliados do Progresso, como está a elite mais influente do Brasil? Que nunca nos falte um bom vinho e um povo obediente. **Hugo nem se importa:** Fortunato, meu caro, com empresários como você ao meu lado quem precisa de povo? Eles vivem na ilusão enquanto a gente brinda na realidade. **Personagem empresário 2:** Um brinde ao Hugo nem se importa, o herói do Brasil que serve a elite e ignora o povo! Hugo, Hugo! Quem banca a eleição, meu amigo, merece isenção, privilégio e um tapete vermelho no Congresso. **Personagem feminina 3:** Hugo foi chamado de herói, herói de quem? Aí a gente vê bem quem vai ser beneficiado com as decisões do Congresso: os ricos brindando e o povo se afundando. O que estava sendo servido nesse jantar era o salário e os direitos dos pobres. Acorda Brasil! **Personagem feminina 1:** E espalha esse vídeo, todo mundo precisa saber o que o Congresso inimigo do povo tá fazendo. **Hugo nem se importa:** Você já paga tudo por mim, custa nada se inscrever no canal também né? Vai, clica aí, faz esse favor para a democracia (Brasil sátira do poder, 2025a).

Embora as cenas e falas pareçam comuns, se olharmos com atenção, aquilo que Hugo Nem Se Importa enuncia são, na fala política pública, dizeres ordinários, ou seja, o que a IA permite produzir/fazer é colocar na boca do político

aquilo que circula nas ruas do país, na boca do cidadão e nos provérbios populares. Não se trata de uma fala pública do sujeito da política.

Ao mesmo tempo, na boca das personagens cidadãs, aparecem as marcas e os rastros de dizeres que recuperam formas e expressões presentes tanto na campanha oficial do PT quanto nas demais produções semelhantes que se proliferaram nos espaços enunciativos informatizados. Eles enunciam a revolta popular, mas antes de tudo repetem fórmulas políticas tradicionais, chamada à ação, organização popular, enunciados muito presentes no discurso político-partidário. Nesse sentido, os vídeos do canal Brasil Sátira do Poder, dialogam diretamente e corroboram a campanha do Partido dos Trabalhadores em circulação no mesmo período.

Quadro 3: Prints do vídeo da campanha “Taxação BBB”.



ALT: Três ilustrações produzidas por IA que utilizam a metáfora de uma balança de justiça fiscal desequilibrada entre o povo e empresários. Uma mão negra intervém para retirar o peso dos impostos do lado do povo e transferi-lo para a balança dos empresários, simbolizando o equilíbrio fiscal.

Fonte: PTBrasil, 2025.

Nesta peça audiovisual partidária o corpo do político é ressignificado a partir de uma distinção, o parlamentar e os empresários são representados de forma semelhante, homens brancos, de terno, corpos que (re)produzem, nas três peças audiovisuais a imagem dos empresários e parlamentares como iguais. Imagetivamente também há uma repetição nas três produções do corpo

do povo, o tom da pele é mais escuro, as roupas informais e o vestuário comum. A distinção em termos visuais aqui aparecerá apenas com relação ao corpo que representa o partido e o governo, acima dos demais. Na peça do PT, ele é figurado por uma mão que vem de cima, sinalizando sua posição hierárquica, mas cuja cor é a mesma do corpo do povo, uma mão preta. Ao mesmo tempo que marca uma diferença de lugar, essa mão aproxima o governo do povo ao se posicionar como ponto de equilíbrio na balança dos tributos entre povo e a elite político-empresarial. Aqui também é importante recuperar integralmente a transcrição do áudio que faz parte desta composição audiovisual, considerando que a relação entre imagem e fala significa conjuntamente em nossa análise:

O governo Lula deu início a uma virada histórica na cobrança de impostos no Brasil. Quem ganha até R\$ 5.000 não vai pagar nada de imposto de renda. Além disso, quem ganha entre 5.000 e 7.000 terá redução no desconto tributário. E para manter as contas equilibradas, o governo vai passar a taxar quem sempre pagou pouco ou quase nada: os super ricos, bilionários, bancos e plataformas de apostas, que pagam nada ou quase nada de imposto de renda, vão passar a pagar mais. Porque imposto é necessário, mas justiça também é. Taxação BBB: bilionários, bancos e bets. IR é justiça histórica, justiça de verdade (PTBrasil, 2025).

O deslocamento que essas produções inauguram se dá, portanto, menos no plano do conteúdo e da repetibilidade dos enunciados políticos e mais no modo pelo qual essas formulações visuais fazem o dizer operar como ato, conferindo-lhe uma dimensão performativa.

Como vemos, elas permitem articular o discurso político, o discurso ordinário e, ainda, o discurso da oposição. Traduzem, assim, o embate político em torno da taxação a partir de uma (re)organização narrativa em que os personagens “do povo” e “o presidente da Câmara” aparecem enunciando aquilo que (segundo a posição do partido, da esquerda, da população, da Justiça do Trabalho?) deveriam ter dito, ou que dizem “fora” da cena pública, não importando se o fizeram necessariamente ou não.

O que se aprofunda aí é a própria noção de efeito-rumor: já não se trata apenas de mecanismos de apropriação dos dizeres ordinários pela mídia ou pela política, mas da simulação de um comparecimento do corpo do povo na cena, reforçando performativamente o seu lugar enunciativo. Nessas

formulações visuais, o povo tem corpo, tem rosto, tem voz, tem cor; comparece como corpo digital que dispensaria a ocupação da rua, pois a encena e a performa no próprio espaço de circulação das imagens.

É essa mão que retira o imposto do pobre e o distribui para a balança dos super-ricos. Aqui, o corpo político se distingue dos demais: é a mão do governo, despersonalizada ou, ainda, a mão do partido, se considerarmos o efeito-autor de uma campanha que, em última instância, é assinada pelo PT.

Algumas considerações

Sabemos que, em nossos sistemas políticos de representação, ou pelo menos naqueles próprios das democracias ocidentais, o lugar de enunciação do povo é desde sempre dominado, contido e tutelado pelo papel do representante ou porta-voz ou, quando muito, relegado a espaços desigualmente distribuídos nos quais “o povo” finalmente pode falar. Isso nos leva a interrogar como se constrói essa ilusão enunciativa e discursiva, forjada pelos espaços enunciativos informatizados, de que o povo fala e ocupa os mesmos lugares que seus representantes, imaginário que foi muito forte no início do surgimento das redes sociais, mas que agora se enfraquece cada vez mais.

No entanto, em nossa conjuntura política, como discutido até aqui, não se trata mais apenas de falar em nome do povo, ou mesmo de dar-lhe voz, mas também de corporificá-lo. Com a fabulação desses corpos pelas IAs, eles passam a aparecer como um espelho “estranhamente familiar” de si mesmos. Estamos vendo, mais uma vez, o corpo do povo e os corpos dos representantes políticos serem transformados, (meta)forizados, a partir das possibilidades técnicas do digital. Nesse contexto, o efeito-rumor já não opera apenas pela apropriação e mediação dos dizeres ordinários, mas pelo comparecimento visível desses corpos que encenam aquilo que “se diz” nas ruas. O rumor não é simplesmente apropriado por mecanismos técnicos que simulam a voz do povo; ele passa a fazê-lo falar, no caso em análise ele fazem o povo enunciar um projeto político que supostamente o representa. Ao mesmo tempo, coloca na boca do representante político aquilo que antes só poderia circular no diz que me diz, nos comentários, nas conversas ordinárias. Ao permitir que o debate político se encene como ficção, essas produções audiovisuais realizadas com

IAs borram ainda mais as fronteiras informacionais: são imagens sonhadas de um povo em revolta contra as elites e de políticos enunciando o que jamais poderiam dizer em cena pública; imagens que uma vez vistas alteram os sentidos do debate político.

A análise das produções audiovisuais do Partido dos Trabalhadores, bem como do perfil “Brasil Sátira do Poder”, permite apontar as mutações que essas produções sofrem em razão de sua determinação técnica e midiática. Essa mutação está intrinsecamente relacionada à normatização técnica desses espaços que, aliada a processos específicos de midiaticização, possibilita a captura, a previsão e a mimetização de nossos dizeres, gestos, rostos, rastros e traços cotidianos. A partir daí, criam-se, no contexto político brasileiro, as condições para forjar novos avatares de povo, político e multidão, constituindo as “massas digitais/digitalizadas”.

Poderia, ainda aqui, retomar a crítica feita por Pêcheux ([1979] 2011, p. 73) a propósito daqueles que defendem a participação na guerra ideológica, tomada como possibilidade de ação simétrica.

Frente ao termo *guerra ideológica* [...] pretendendo caracterizar as diversas operações midiáticas de massa desenvolvidas (em média de maneira eficaz) pela grande burguesia multinacional contra tudo o que resiste a sua política. A ideia subjacente é que é preciso responder por uma contra-propaganda ainda mais eficaz: à guerra como na guerra...Subentendido: todos os meios são bons.

Ou, ainda, retornar à crítica feita por Courtine (2006) ao Partido Comunista, que, segundo o autor, não teria compreendido o quanto o audiovisual transformara as condições da comunicação política, e perguntar: o que significa hoje, para a esquerda brasileira, afirmar que, enfim, aprendemos a usar a tecnologia a “nosso” favor? O que significa, politicamente, enunciar isso neste contexto? Certamente, os efeitos políticos desse “acerto” nas técnicas da propaganda ainda estão por vir...

Informações complementares

Link para Preprint

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.14328>

Originalidade e citações

O uso de citações provenientes de artigos e teses de minha autoria foram usados estritamente na medida em que são necessários pois o ensaio tem como proposta a revisão teórica de noções e análises produzidas por mim nas obras citadas e os avanços apresentados no manuscrito atual. Todas essas citações foram devidamente referenciadas.

Conflito de Interesses

A autora não tem conflitos de interesse a declarar.

Declaração do uso de IA

As ferramentas de IA generativa (DeepSeek e ChatGPT) foram utilizadas com grau de contribuição mínima, destinando-se exclusivamente à revisão gramatical, ortográfica e normalização das referências bibliográficas segundo as normas da ABNT. Os prompts utilizados para esses procedimentos técnicos estão disponíveis publicamente no pacote de dados depositado no Zenodo (DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18795587>)

Declaração de Disponibilidade de Dados

Os metadados do corpus (corpus_metadados.csv), a planilha com os trechos efetivamente analisados (trechos_analisados.csv com timecodes e descrições), o arquivo README, as 3 capturas de tela (capturas_de_tela) que compõem a cópia preservada dos materiais e os prompts utilizados para a revisão técnica do manuscrito estão disponíveis no repositório Zenodo via DOI <https://doi.org/10.5281/zenodo.18795587>. O conjunto de dados é distribuído sob licença Creative Commons Atribuição (CC BY 4.0).

As fontes web originais (YouTube e Instagram) foram coletadas em 24/11/2025. Devido a restrições de direitos autorais e termos de uso das plataformas de terceiros, os arquivos de vídeo brutos integrais não são redistribuídos no repositório. Instruções objetivas e as URLs para o acesso legal ao conteúdo original estão detalhadas no pacote de metadados, garantindo a verificabilidade e a reaplicação das análises.

Declaração Ética

Este estudo analisa materiais audiovisuais de circulação pública em ambientes digitais geradas por IA, produzidos por partidos políticos, perfis institucionais e perfis públicos em redes sociais, acessíveis sem restrição de acesso no momento da coleta. Não houve interação direta com participantes, nem coleta de dados privados, sensíveis ou obtidos em ambientes fechados. Considerando a natureza estritamente teórica e analítico-discursiva do trabalho, bem como o uso exclusivo de conteúdos já tornados públicos por seus próprios produtores, o estudo foi considerado dispensado de apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme diretrizes éticas vigentes para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais que se limitam à análise de material público. Ainda assim, foram adotadas salvaguardas éticas ao longo da pesquisa, visando minimizar riscos relacionados à honra, à imagem e à privacidade dos sujeitos representados.

Essas salvaguardas incluem: (i) a análise dos materiais em seu contexto discursivo e midiático, sem imputação de intenções ou juízos morais aos indivíduos retratados; (ii) a utilização dos recortes audiovisuais exclusivamente para fins analíticos e acadêmicos; e (iii) a não extração, sistematização ou cruzamento de dados pessoais para além do que já se encontra explicitamente disponível nos próprios materiais analisados. O compartilhamento de materiais e dados associados ao estudo está, portanto, condicionado à sua disponibilidade pública original, não sendo constituído um banco de dados próprio com informações pessoais adicionais. Todos os materiais analisados encontram-se devidamente referenciados no corpo do texto e nas Referências.

Declaração de Contribuições (CRediT)

Juliana da Silveira:

- Conceitualização (Conceptualization);
- Curadoria de dados (Data curation);
- Análise formal (Formal analysis);
- Investigação (Investigation);
- Metodologia (Methodology);
- Administração do projeto (Project administration);
- Escrita – esboço original (Writing – original draft);
- Escrita – revisão e edição (Writing – review & editing).

Referências

ADORNO, Guilherme de Oliveira. Discursos sobre o eu na composição autoral dos vlogs. 2015. 170 f. **Tese** (Doutorado) - Curso de Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/961603>. Acesso em: 27 nov. 2025.

BRASIL SÁTIRA DO PODER. **CONTA DE LUZ CARA? AGRADEÇA A HUGO NEM SE IMPORTA**. Apresentador: Hugo Nem. YouTube, 20 jun. 2025. 1 vídeo (46 s). Disponível em: <https://youtu.be/ULyxTDBJ9lo?si=tIJgOjSKLohiGu5Y>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL SÁTIRA DO PODER. HUGO NEM SE IMPORTA JANTANDO COM EMPRESÁRIOS! PARTE 1 E PARTE 2!. Apresentador: Hugo Nem. YouTube, 2 jul. 2025a. 1 vídeo (2m13s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q546F2f5WiU>. Acesso em: 24 nov. 2025.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública**. São Paulo: Claraluz, 2006.

CRISE DO IOF: última vez que o Congresso derrubou um decreto foi em 1992, no governo Collor. **G1**, Brasília, 25 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/06/25/crise-do-iof-ultima-vez-que-o-congresso-derrubou-um-decreto-foi-em-1992-no-governo-collor.ghtml>. Acesso em: 7 nov. 2025.

DIAS, Cristiane. e-Urbano: a forma material do eletrônico no urbano. In. DIAS, Cristiane. **E-urbano**: Sentidos do espaço urbano/digital [online]. 2011, Consultada no

Portal Labeurb - <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/> Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade - NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Acesso 27 nov. 2025.

GALLO, Solange. **Autoria**: função do sujeito e efeito de discurso. In: TASSO, Ismara (Org.). Estudos do Texto e do Discurso: interfaces entre Língua(gens), Identidade e Memória. São Carlos: Claraluz, 2008. p. 205-214.

GALLO, Solange. **Processo de legitimação no discurso de Escritorialidade**. In: VII SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 7., 2015, Recife. Anais... . Recife: Ufpe, 2015. p. 1 - 8. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/7SEAD/SIMPOSIO06/SolangeLedaGallo.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

GALLO, Solange Maria Leda; SILVEIRA, Juliana da. Forma discurso de escritorialidade: processos de normatização e legitimação. In: FLORES, Giovanna G. Benedetto (Org.). **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 171-194.

GOMES, Bianca; CAETANO, Guilherme; TELES, Levy. **PT convoca influenciadores para dar gás a 'modo pré-campanha'; especialistas criticam estratégia**. Estadão, São Paulo, 02 jul. 2025. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/pt-convoca-influenciadores-para-dar-gas-a-modo-pre-campanha-especialistas-criticam-estrategia/>. Acesso em: 27 nov. 2025.

LAGAZZI, Suzy. **O recorte significativo da memória**. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (orgs.). O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009.

MURAKAWA, Fabio. 'Guerra dos vídeos': PT aprende a usar IA e reacende militância. **JOTA**, 3 jul. 2025. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/coluna-do-mura/guerra-dos-videos-pt-aprende-a-usar-a-ia-e-reacende-a-militancia>. Acesso em: 25 nov. 2025.

NECKEL, Nádia Régia Maffi. **Projeções sensíveis do/no corpo audiovisual**: processo operário/criativo. REDISCO - Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo, v.2, p. 83-93, 2013.

ORLANDI, Eni P. et al. **Por um enciclopédia da cidade**. Campinas-sp: Pontes, 2003. 224 p.

PÊCHEUX, Michel. Foi "propaganda" mesmo que você disse? In: ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: michel pêcheux. Campinas, Sp: Pontes Editores, [1979]2011. p. 73-92. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi.

PEQUENO, V. **Tecnologia e esquecimento**: uma crítica a representações universais de linguagem. Campinas: Pontes, 2020.

PTBRASIL. **Taxação BBB: Bilionários, Bancos e Bets**. [reel]. Instagram, 25 jun. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DLXF749uKt8/>. Acesso em: 24 nov. 2025.

SANTOS, Elaine de Moraes. **O efeito de copresença Lula-Dilma no discurso político-midiático**: uma leitura das eleições presidenciais de 2010. 2014. 220 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014. Disponível em: <http://old.ple.uem.br/defesas/pdf/emsantos-do.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2025.

SILVEIRA, Juliana da. **Rumor(es) e humor(es) na circulação de hashtags do discurso político ordinário no Twitter**. 2015. 210 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015. Disponível em: http://www.ple.uem.br/teses_ple.htm. Acesso em: 24 mar. 2016.

SILVEIRA, Juliana da. O efeito de rumor na discursivização do corpo político-midiático: as imagens rumorais do discurso ordinário digital. **REDISCO – Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/redisco/article/view/2519>. Acesso em: 27 nov. 2025.

SILVEIRA, Juliana. O ritual de posse presidencial e os “hacks” do povo. **Traços de Linguagem - Revista de Estudos Linguísticos**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2023. DOI: 10.30681/2594.9063.2023v7n1id11195. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/tracos/article/view/11195>. Acesso em: 27 nov. 2025.

SILVEIRA, Juliana da. **Dados de apoio para o artigo "EFEITO-RUMOR EM TEMPOS DE IA: 'AGORA É A VEZ DO POVO'?"**. Zenodo, 2026. Versão 1. dataset. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18792630>.

VENCESLAU, Pedro. "Tempo vai dizer se IA é eficiente na política", diz marqueteiro do PT. **CNN Brasil**, 4 jul. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/pedro-venceslau/politica/tempo-vai-dizer-se-ia-e-eficiente-na-politica-diz-marqueteiro-do-pt/>. Acesso em: 25 nov. 2025.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.